

Revista Constitucional

P4

O GLOBU Os dilemas de outubro

10 SET 1993

JOSE SARNEY

Denunciei ao país, e o fiz com todos os ônus políticos num tempo em que se dizia que a Constituinte era o remédio para todas as desgraças nacionais, que a Constituição de 88 ia levar o país à ingovernabilidade. Infelizmente, levou. Não há como esconder sua cota preponderante nos desencontros que vivemos.

Recordemos a nossa falta de sorte de termos aquela Assembléia Nacional Constituinte no momento em que o mundo mudava, e vivia os estertores de um fim de época. Ruía o esquema de poder montado depois da Segunda Guerra Mundial, a confrontação ideológica. Esse marco ficará, visualizado, como a queda do Muro de Berlim, em 1989. Não é o muro, é o símbolo, assim como a Queda da Bastilha.

Fala-se no "fim da História", no "crepúsculo das ideologias", na "vitória do liberalismo". Tudo isso é verdade, mas a verdade maior é que a tecnologia e a ciência mostraram que eram muito mais eficazes para a melhoria de vida das sociedades do que todos os sistemas políticos idealizados pelo homem. O socialismo vendeu, durante 70 anos, a idéia de que construiria o paraíso. Morreu, na sua configuração aplicada, com a tragédia de indicadores sociais e qualidade de vida dos povos que a ele foram subjugados, os mais baixos da Europa e sem comparação com os americanos.

E a nossa Constituinte foi realizada sob o delírio de que era possível mudar a sorte das pessoas com dispositivos legais, artigos e parágrafos. Ela foi, naquele momento, um gueto onde se abrigaram os princípios mais retrógrados. O

mundo já se encontrava em pleno processo, a um tempo de regionalização e globalização, voltando-se para uma economia interdependente, sem fronteiras, baseada na competitividade. Nós caminhávamos em sentido oposto, fechando portas, criando isolacionismos, restrições, reservas, monopólios. O modelo do Estado-empresário recebia tratamento constitucional. Nosso projeto da década de 50, de substituição de importações, era revigorado na concessão de subsídios e proteções. Se não bastassem esses males, criou-se um hibridismo paralisante, um regime presidencialista e um arcabouço constitucional parlamentarista, no qual nem o Congresso legisla nem o Executivo governa. Ao Legislativo foram dadas funções executivas e ao Executivo atribuições legislativas. Para desgraça nacional, neste instante de mudanças mundiais, o Governo Collor destruiu a máquina do Estado, misturou corrupção e desorganização, mídia e impostura. O empobrecimento do país é uma tragédia. Os salários são mais baixos 50%, a taxa de desemprego chegou a 16%, vindo de 4%, a recessão atingiu em cheio toda nossa economia, e a renda **per capita** caiu 8%! Em três anos!

A reforma da Constituição é impostergável. Sem ela, o futuro presidente não terá ferramenta necessária para retirar o Brasil da crise, da qual não podemos sair sem uma amarra internacional forte. Os Estados Unidos não poderão ficar fora desse projeto. Democracia e mercado são hoje princípios comuns a todas as sociedades civilizadas e não podemos desconhecer esses rumos, para colocar-nos na contramão da História.

Nós perdemos grandes oportunidades que foram aproveitadas por nossos vizinhos com a mudança do mapa do poder mundial. Nossa si-

tuação, hoje, é muito mais difícil porque nossas desgraças aguçaram a crise social e certamente, agora, se resolvermos os problemas macroeconômicos o mundo exigirá de nós, para aceitar-nos, uma postura mais dura, no trato dos problemas sociais, tendo em vista os terríveis episódios da Candelária, Vigário Geral e Carandiru, incompreensíveis aqui e de grande repercussão no exterior. A comunidade internacional vai pedir ao Brasil que acerte o passo na área econômica e na área social.

O nosso caminho nestes próximos meses não será fácil. A revisão da Constituição, necessária e urgente, terá de enfrentar os problemas que enfrenta toda Constituinte, com uma diferença: nas outras, lutava-se para colocar benesses; nesta, a luta será para evitar que as retirem. Vamos ter, sem dúvida, uma guerra corporativista, interesses e pressões de todo lado, tudo isso misturado às ambições da corrida sucessória e os problemas que se enfrenta em todo ano final de governo.

Isto sem falar no complicador que é uma economia que não atende mais aos controles e a necessidade de corrigi-la com mão forte e medidas duras, para evitar a catástrofe. Mas, como acreditamos que Deus é brasileiro, nossa fé não se esgota, porque desejamos firmemente que este período seja o último que iremos viver, antes da grande arrancada do país, que não aceita mais ficar condenado a espectador de um mundo que se transforma e renova, cresce e desenvolve-se, muda e avança.

Estas perplexidades nos preocupam e exigem das forças políticas, das lideranças e dos que governam, espírito público e confiança nas instituições, porque serão difíceis e complexos os dilemas de outubro.